

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXVI nº 1424 | 19/03/2018 a 25/03/2018

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



GESTÃO 2018/21

AUTORIDADES PRESTIGIAM POSSE NA FAEP

sistemafaep.org.br

Aos leitores

Ao agradecer os votos que o reconduziram a mais uma gestão à frente da FAEP, Ágide Meneguette reafirmou o compromisso da Federação de envidar todos os esforços para honrar esta confiança. Mesmo diante de um ano que pela sua agenda (eleições e Copa do Mundo) aparenta não ser muito produtivo para o país, deixando de lado medidas estruturantes para o avanço da economia.

O Paraná, que não é uma ilha, sente os reflexos do que acontece no país. Mesmo assim, o agronegócio continua avançando. Um desses avanços foi o encaminhamento do Marco Regulatório para Biogás que o governador Beto Richa assinou durante a Assembleia, em nossa sede. Agora é com os deputados estaduais.

Outros dois temas importantes também tiveram direcionamento. O reconhecimento da piscicultura como atividade agrossilvopastoril, permitindo o licenciamento ambiental e a prorrogação do prazo para o protocolo do pedido de revisão dos termos de compromisso para até 31 de março, permitindo que muitos produtores se beneficiem do novo Código Florestal.

Tudo isso, ocorreu durante a Assembleia de posse da nova diretoria que teve a presença de representantes de diversas instituições do governo do Estado e de nossos líderes sindicais. O que resume a diretriz de nossa gestão: trabalho, diálogo e parceria aproximando o campo da cidade.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita
Diretores Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior |
Conselho Fiscal: Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Edição:** Cynthia Calderon
Redação e Revisão: André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figueil
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1424:

Fernando Santos, divulgação, shutterstock e arquivo FAEP

ÍNDICE



POSSE

Nova diretoria da FAEP assume para enfrentar os desafios do campo nos próximos três anos

PÁG. 3

SANIDADE

Estudo da Embrapa aponta medidas simples para reforçar a biossegurança em granjas suínas

Pág. 10

ENTREVISTA

Pesquisador garante que agronegócio é o setor da economia brasileira com mais inovação

Pág. 12

MITOS

Por depender de água para a atividade, produtor rural garante o líquido limpo para as cidades

Pág. 14

SENAR-PR

Curso Herdeiros do Campo já contabiliza 38 turmas em 2018, em todas as regiões do Estado

Pág. 16

INSUMO

Uso de semente certificada contribui para produtividade no campo, além de novas pesquisas

Pág. 18

Assembleia empossa nova diretoria da FAEP para o triênio 2018/21

Presidentes e lideranças sindicais participaram do evento, que teve na programação a assinatura do Marco Regulatório do Biogás



Uma Assembleia Geral do Conselho de Representantes, com a presença de presidentes de sindicatos e lideranças rurais de todo o Estado, empossou, no dia 12 de março, a nova diretoria da FAEP (veja os nomes na página 5). A cerimônia ocorreu na sede da instituição, em Curitiba, seguida de uma programação intensa de trabalho. Uma das atividades foi a assinatura, pelo governador Beto Richa, do Projeto de Lei do Marco Regulatório do Biogás, que será encaminhado para votação na Assembleia Legislativa. Na pauta estiveram também uma nova portaria para a piscicultura e o detalhamento, por técnicos da casa, de questões relacionadas à contribuição sindical, às leis e normas ambientais, além de um es-

clarecimento sobre as sugestões apresentadas ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2018/19.

Reeleito no dia 29 de janeiro, o presidente Ágide Meneguette foi reconduzido ao cargo e segue à frente da entidade no próximo triênio (2018/21). Em seu discurso ele agradeceu o voto de confiança dos produtores rurais e aproveitou para reassumir seu compromisso de liderar o enfrentamento dos desafios que se apresentam diariamente aos produtores rurais.

Ele destacou as dificuldades que o setor ainda terá pela frente este ano, como as propostas de reforma, principalmente a Reforma da Previdência, que ficarão para o próximo governo. Além de eleições, que praticamente

paralisam o Congresso e Assembleia, lembrou Meneguette, haverá Copa do Mundo, que também para a nação. “Apesar dos pesares, os produtores rurais não se regam pelo calendário político nem futebolístico: tem que plantar e colher.”

O presidente lembrou também os problemas climáticos e as consequências das chuvas que atrasaram a colheita da safra de verão e postergam o plantio da temporada de inverno, fatores que podem impactar negativamente os resultados. Porém, num tom de esperança ele reforçou a importância do setor. “As adversidades muitas vezes são a mãe de novas oportunidades. Não podemos esquecer que a agropecuária é a base da economia dos nossos municípios, todos os demais setores, indústria, comércio e serviços, dependem direta ou indiretamente dos produtores rurais. Essa é a importância que temos que comprovar nas nossas comunidades”, afirmou.

Meneguette também lembrou alguns fatos marcantes que tiveram a participação da FAEP para que os produtores rurais não fossem prejudicados, como a discussão do Código Florestal no Congresso Nacional e a elaboração da legislação ambiental no Paraná.

Programação

Ao longo do evento, o superintendente do SENAR-PR, Geraldo Melo Filho, detalhou aos sindicatos o plano de trabalho da instituição. O assessor jurídico da FAEP, Klauss Dias Kuhnen, repassou informações jurídicas aos sindicatos. A engenheira agrônoma Carla Beck, da FAEP, forneceu um panorama geral de como estão as questões relacionadas ao meio ambiente no Paraná. Já o economista Pedro Loyola, coordenador do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, fez uma apresentação das principais propostas elaboradas em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab) e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e enviadas ao governo federal para o PAP 2018/19.





DIRETORIA, SUPLENTES, CONSELHO E DELEGADOS REPRESENTANTES

TRIÊNIO 2018-2021

Diretoria

Presidente: Ágide Meneguette

Vice-Presidente: Guerino Guandalini
Vice-Presidente: Nelson Teodoro de Oliveira
Vice-Presidente: Francisco Carlos do Nascimento
Vice-Presidente: Oradi Francisco Caldato
Vice-Presidente: Ivo Pierin Júnior
Vice-Presidente: Valdemar da Silva Melato

Diretor Secretário: Livaldo Gemin
2º Diretor Secretário: Mar Sakashita

Diretor Financeiro: João Luiz Rodrigues Biscaia
2º Diretor Financeiro: Paulo José Buso Júnior

Suplentes de Diretoria

Nelson Natalino Paludo, Domingos Vela,
Gustavo Ribas Netto, Anton Gora,
Narciso Pissinatti, Ivonir Lodi,
Celso Stedile, Mesaque Kecot Veres,
Ricardo de Aguiar Wolter,
Lourival Roberto da Silva Goes,
José Mendonça

Conselho Fiscal

Efetivos

Sebastião Olímpio Santarozza
Ana Thereza da Costa Ribeiro
Ciro Tadeu Alcantara

Suplentes

Braz Reberte Pedrini
José Getulio Assoni Rocco
Luiz Andre Boraneli
Delegados Representantes
Ágide Meneguette
João Luiz Rodrigues Biscaia
Julio Cesar Meneguetti
Mario Aluizio Zafanelli



Marco Regulatório do Biogás

O governador Beto Richa esteve no evento e assinou um projeto de lei e uma lei complementar que vão compor a proposta do Marco Regulatório do Biogás e do biometano no Paraná. São dois projetos, um sobre a Política Estadual do Biogás e Biometano, incluindo também a produção de biofertilizantes. O outro altera a Lei Complementar nº 205/17, que trata dos serviços de distribuição de gás canalizado no Paraná. Além disso, será assinado um novo decreto do Paraná Competitivo, permitindo que as empresas utilizem créditos de ICMS para financiar a construção de biodigestores.

Os documentos serão enviados à Assembleia Legislativa do Paraná para votação e vão garantir maior segurança jurídica aos produtores rurais. A iniciativa faz parte do Programa Paranaense de Energias Renováveis. O texto foi elaborado em parceria com o setor produtivo e trata sobre regras a respeito de biomassa, biogás e biometano, tanto do ponto de vista ambiental, quanto de aspectos regulatórios e tributários. “A agricultura é a base do nosso Estado, então nada mais inteligente do que facilitar a vida daqueles que historicamente ajudam na formação da nossa economia”, disse o governador.

Com o marco regulatório, afirmou Richa, o Estado avançará no compromisso que assumiu com a Organização das Nações Unidas (ONU) para um desen-

volvimento sustentável. “O Paraná foi o primeiro Estado do mundo a aderir aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Por isso buscamos aperfeiçoar as políticas públicas e ações de governo para ampliar o uso de energia renovável e diminuir a emissão de gases do efeito estufa”, disse.

A elaboração do marco regulatório veio depois que a FAEP colocou o tema em evidência fomentando discussões por meio de reuniões e visitas técnicas. “O objetivo é resolver um problema ambiental gerando uma energia limpa para o Estado e renda ao produtor rural”, afirmou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

Em 2017, a entidade realizou uma série de quatro viagens técnicas que levou 142 pessoas à Europa para conhecer a produção de energia com o reaproveitamento de resíduos agropecuários. Lá foi possível verificar modelos consolidados de utilização do que, em muitos casos, é um passivo ambiental para gerar eletricidade e biofertilizantes. Entre as pessoas que viajaram estavam técnicos, produtores rurais, líderes sindicais, secretários de Estado e representantes de órgãos governamentais e de empresas privadas. “A produção de biogás traz benefícios não só aos produtores, mas também à sociedade e ao meio ambiente. Vamos usar resíduos que são poluentes para produzir biogás, biometano e adubo para fertilização do solo”, disse o presidente da FAEP.

Também participaram da cerimônia os representantes das entidades que fazem parte do grupo de trabalho que



desenvolveu o texto do marco regulatório: o secretário de Planejamento e Coordenação Geral dos projetos, Juraci Barbosa Sobrinho; o secretário de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara; o presidente da Copel, Antonio Sérgio de Souza Guetter; do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Luiz Tarcísio Mossato Pinto; do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Florindo Dalberto; da Cibiogás, Rodrigo Régis; o superintendente de Energias Renováveis da Itaipu Binacional, Paulo Afonso Schmidt; e os diretores Mauro Corbellini (Técnico Executivo) e Newton Kaminski (Coordenação), também da Itaipu.

Potencial

De acordo com o Centro Internacional de Energias Renováveis (Cibiogás), o Paraná tem o potencial de produzir 20 milhões de metros cúbicos de biogás, o que equivale ao abastecimento de 4 milhões de residência com o consumo médio de 217 kW/h.

É o Estado com maior po-

tencial do Brasil, segundo o diretor-presidente da Cibiogás, Rodrigo Régis. “O Estado tem também a maior diversidade de tecnologias e de plantas para geração de energia. Existe conhecimento técnico e um ambiente favorável, mas faltava um marco legal para criar um ambiente político e institucional para consolidar o biogás como um novo vetor econômico do Estado”, afirmou Régis.



Para o presidente da Copel, Antonio Guetter, a diversificação das fontes de energia garante grandes benefícios ao Estado. “Da mesma forma que o Paraná conta com rios importantes para geração de energia hidráulica, temos também um grande potencial de geração por biomassa e biogás. O marco regulatório é importante para dar segurança aos investidores e regular o mercado, que vai ganhar espaço neste setor.”

Destinação

O secretário estadual da Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, ressaltou que a geração de energia e biofertilizantes dará um destino correto aos resíduos da produção de aves, suínos, cana-de-açúcar e mandioca, entre outras culturas.

“Somos grandes produtores de biomassa e de dejetos com potencial de produzir energia renovável, a exemplo do que é feito em diversos países”, disse. “Além de gerar energia localmente, trazendo mais segurança energética aos produtores, também resolveremos os problemas dos dejetos, que poluem a terra e os len-

çóis freáticos”, destacou.

Para o superintendente de Energias Renováveis da Itaipu Binacional, Paulo Afonso Schmidt, no futuro, a energia renovável produzida no Estado poderá ser utilizada em outras frentes de trabalho. “O marco é um passo importante para tornar o biogás uma fonte energética, tanto de energia elétrica e/ou para projetos de mobilidade”, ressaltou. A Itaipu Binacional, pela sua experiência com bioenergia, pois desenvolve projetos com essa finalidade há anos, participou diretamente da elaboração do texto do documento.

Financiamento

Além da regulação do setor, o governo do Estado também vai trabalhar com o financiamento de plantas de biogás e na produção de pesquisa por meio das universidades estaduais, afirmou o secretário estadual do Planejamento, Juraci Barbosa. “O marco regulatório vai dar condições para que qualquer empresa, seja pública ou privada, possa buscar esta nova fonte de produção que é a bioenergia”, disse.





consolidadas.

“Como havia um impasse sobre essa questão em APP, após uma demanda grande dos setores, entendemos que precisávamos regulamentar isso no Estado. Houve um pedido e avaliamos técnica e juridicamente, e assinamos a portaria que regulamenta essa questão no Estado todo”, revelou.

De acordo com a portaria nº 057/2018, a aquicultura (ou piscicultura) é considerada uma atividade agrossilvipastoril, ou seja, poderá ser licenciada em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008, como prevê o Novo Código Flo-

IAP regulamenta piscicultura

Durante o evento, o presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Luiz Tarcísio Mossato Pinto, assinou uma portaria que regulamenta o licenciamento ambiental de piscicultura em áreas rurais consideradas consolidadas, atendendo demanda da FAEP e Ocepar.

Entendendo a importância da piscicultura para a diversificação da produção no campo, as entidades tinham encaminhado ofício ao IAP, solicitando que a atividade fosse reconhecida como agrossilvipastoril e, portanto, passível de licenciamento ambiental em áreas

restal (Lei Federal nº 12.651/2012).

O documento estabelece, ainda, que as atividades nos imóveis rurais de até 15 módulos fiscais são admitidas nas Áreas de Preservação Permanente (APP) de margem dos rios e áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais. Porém são necessários alguns cuidados, como adotar práticas sustentáveis de manejo de solo e água, garantindo sua qualidade e quantidade de acordo com normas dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente; estar de acordo com os respectivos planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos; que o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e, principalmente, não implique novas supressões de vegetação nativa.

Prorrogado prazo para revisão dos Termos de Compromisso

O presidente do IAP, Luiz Tarcísio Mossato Pinto, também comunicou durante a Assembleia da FAEP, que foi assinado o documento prorrogando o prazo para até 31 de maio de 2018, para que os produtores rurais protocolem o pedido de revisão dos termos de compromisso, no extinto Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente (Sisleg).

O documento prorroga em mais 60 dias a portaria nº 234 de 19 de dezembro de 2017, que esti-

plava o término do prazo em 31 de março desse ano. Ele tem o objetivo de atender o estabelecido no Decreto Federal nº 9.257 de 29 de dezembro de 2017 que prorrogou o prazo para adesão ao Cadastro Ambiental Rural para 31 de maio de 2018.

Com base nessa portaria e no Novo Código Florestal, as revisões dos termos de compromisso que foram firmadas com base na legislação ambiental anterior podem ser solicitadas.

Se o proprietário do imóvel rural não solicitar a revisão até 31 de maio de 2018 terá a obrigação de cumprir integralmente os termos do antigo Código, perdendo os benefícios do novo.

Fazendo mais com menos

Embrapa elenca medidas simples que podem trazer grandes melhorias em granjas suínas



Em novembro de 2017 a Embrapa Suínos e Aves, com sede em Concórdia (SC), publicou o resultado de um estudo inédito que avaliou as condições de biossegurança em granjas suínas do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Por meio de questionários encaminhados às unidades produtivas, os pesquisadores levantaram as informações epidemiológicas, que posteriormente serviram de base para a elaboração de uma proposta para regulamentação dos critérios mínimos de biossegurança para granjas que produzem suínos destinados ao abate.

Os resultados mostram que se por um lado praticamente metade das granjas avaliadas peca em algum critério de sanidade, por outro, trata-se de algo relativamente fácil de resolver, sendo que muitas medidas podem ser adotadas sem gastar um único centavo.

Segundo o pesquisador de sanidade suína da Embrapa, Nelson Morés, um dos profissionais responsáveis pelo trabalho, a biossegurança é peça estratégica na produção suína, uma vez que o mercado externo é destino de boa parte da produção. “A atividade de suínos é dependente de mercado exportador e cada vez mais ele

olha para questões de seguridade”, avalia.

De acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), em 2016, quase 20% da produção nacional foram exportadas. Naquele ano o Brasil exportou 732 mil toneladas de carne suína, obtendo uma receita de US\$ 1,483 bilhão. O Paraná, segundo Estado que mais abate no país, respondeu por 13,18% das exportações.

Segundo Morés, o mercado externo é exigente com relação ao bloqueio de exportação de suínos que apresentem resíduos de antibióticos. “Existe uma procura mundial para fazer uso racional de antibióticos. Para reduzir o uso desses produtos, a biossegurança é a regra número um”, diz.

Nesse sentido, medidas bastante simples podem trazer grandes resultados. Por exemplo, ter uma roupa e um calçado para utilizar somente dentro da granja. “Não precisa ser uniforme, apenas uma roupa que você não utiliza fora da unidade”, explica o pesquisador. Com isso, evita-se que os trajes tragam junto agentes infecciosos de fora.

Depois de levantar e compilar as informações, a Embrapa elaborou uma série de recomendações na área de biossegurança nas granjas suínas, fornecendo as informações

técnicas para empresas e produtores que desejam melhorar a qualidade sanitária dos seus plantéis. Essas propostas foram submetidas a um painel técnico composto por 18 especialistas – pesquisadores, professores universitários, associações estaduais de produtores de suínos, agroindústrias e cooperativas de produção de suínos, defesa sanitária estadual e programa nacional de sanidade suína do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O objetivo é que este trabalho sirva de subsídio para elaboração e uma normativa específica para criação de suínos.

De acordo com o diretor presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Inácio Kroetz, após a entrega do trabalho da Embrapa ao Mapa, haverá um período para consulta aos serviços de defesa agropecuária estadual e federal e posteriormente deverá ser feita uma consulta pública onde outros elos desta cadeia – como os produtores – poderão contribuir na redação desta normativa. “É um processo transparente, o interessado em produzir também deve ser chamado para participar”, observa.

Segundo Kroetz, as exigências que serão propostas devem ter fundamentos técnicos, porém, não podem comprometer a lucratividade do setor. “É como uma balança, se pesar muito na sanidade, perde competitividade, se não investir em sanidade, também não vai ter competitividade por outros motivos. Tem que ter equilíbrio”, observa.

Na visão de Morés, da Embrapa, há apenas uma necessidade de adaptação das granjas, visto que hoje essas estruturas são de maior porte, bem como são maiores os impactos sanitários, caso ocorra algum problema nesta área.

“Biossegurança não é custo, é investimento. O produtor precisa entender como as doenças são introduzidas na granja”, observa Morés. Ele sabe que a maioria dos suinocultores já trabalha com a margem bastante apertada, de modo que qualquer investimento financeiro adicional precisa ser bem pensado.

SENAR-PR capacita suinocultores

Atento às crescentes exigências do mercado internacional em qualidade e sanidade animal, o SENAR-PR oferece em seu catálogo o curso “Toda Granja”, que tem foco na biossegurança em granjas suínas.

Esse ano foi formado um grupo de trabalho do SENAR-PR com o grupo Frimesa, que reúne seis cooperativas na região Oeste do Paraná. O objetivo é ajudar os produtores cooperados a melhor atender às exigências do mercado externo para exportação de carne suína. As aulas teóricas ocorrem dentro das cooperativas e as aulas práticas nas granjas dos produtores. A confiança no trabalho desenvolvido pelo SENAR-PR foi decisiva para composição dessa parceria.

Até o momento já foram realizados 20 cursos que capacitaram 177 produtores em todo o Estado. Nesta semana tem início a formação técnica de novos instrutores para esse curso, de modo a dar continuidade aos atendimentos com alta qualidade e eficiência.

Para mais informações acesse o Catálogo de Cursos do SENAR-PR no link: <http://sistemaafaep.org.br/senarpr/cursos/>



No Brasil, não há setor mais inovador que o agronegócio

A opinião é do professor da Unicamp Antonio Marcio Buainain, que faz um panorama da atividade, mostra os desafios e aponta para onde caminha a agropecuária



Quando se formou, há quatro décadas, Antonio Marcio Buainain começou uma trajetória de dedicação ao estudo da economia rural. De lá para cá, acompanhou uma verdadeira revolução na cadeia produtiva de alimentos pelos brasileiros. E ele garante: hoje, não há setor mais inovador do que o agronegócio no Brasil. Nesta entrevista exclusiva ao Boletim Informativo, Buainain sinaliza a rota que está sendo seguida pelo setor e aponta alguns dos maiores desafios a serem enfrentados.

Antonio Marcio Buainain é doutor em ciência econômica, docente do Núcleo de Economia Agrícola e Ambiental da Universidade Estadual de

Campinas (Unicamp). É graduado em Direito, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e em Ciências Econômicas, pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (FCPERJ), também da capital carioca. Sempre na área econômica, é especialista, pela Universidade de Londres Birkbeck College; mestre, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e doutor pela Unicamp.

BI: Para onde caminha o agronegócio?

AMB: O agronegócio brasileiro é um dos poucos setores da nossa economia que está caminhando no

sentido do futuro. Ele está alinhado com as transformações que estão ocorrendo no mundo com as exigências que já estão no mercado. O agronegócio tem investido cada vez mais em aumentos de eficiência, em aumento de sustentabilidade ambiental e social e em atender às demandas dos vários mercados, tanto interno quanto externo.

Muita gente ainda tem a visão de que o campo é um lugar atrasado e sem inovação. Pensar assim é um equívoco?

Esse é um mito em relação ao produtor brasileiro. A imagem corresponde a uma situação que, de fato, era verdadeira no passado, mas que não tem mais nada com a realidade do momento e muito menos em uma projeção de futuro. O agricultor brasileiro é, apesar de todas as dificuldades, um grande inovador. Se ele não fosse inovador, não teríamos as conquistas que hoje temos graças ao agronegócio.

Pensando no perfil do produtor rural brasileiro, que adaptações são necessárias para que ele se adeque a esse agro moderno que tem levado o país adiante?

Temos que considerar que o perfil dos agricultores brasileiros é muito diversificado e cada um enfrenta um desafio diferente. Temos desde megaprodutores e megaempresas do agronegócio, passando

pelo médio até o agricultor familiar, de pequeno porte. Já estamos vivendo a introdução de uma nova onda de inovação que está associada ao que está se chamando de economia 4.0, já presente na agricultura inclusive também como liderança, como pioneirismo. Esta revolução coloca muitos desafios, especialmente para os pequenos e médios agricultores. Porque ela é muito intensiva em capital, em conhecimento, e sabemos que parte dos nossos pequenos e médios agricultores têm deficiência justamente nesses dois, digamos, ativos. Então nós temos que cuidar de toda a agricultura, de todo o agronegócio, e não apenas daqueles que estão sendo bem-sucedidos no momento. Vamos precisar apoiar muito os pequenos e médios agricultores para que eles possam se aproveitar das potencialidades dessa nova onda de inovação dessa economia que estamos chamando de economia 4.0.

Esse é o grande desafio para o agronegócio hoje?

Sem dúvida. Essa dimensão social é tão importante quanto a dimensão ambiental. É preciso incluir um maior número de agricultores nesse processo dinâmico, de inovação, de criação de riqueza e de distribuição de renda. Mas há um detalhe importante nesse aspecto. A agricultura brasileira, e esse é mais um dos mitos que herdamos do passado, tem uma imagem perante a sociedade de que se trata de um setor socialmente injusto, que vem do latifúndio, da concentração da propriedade. Essa imagem não corresponde à realidade. O agricultor brasileiro hoje também é um empreendedor, que observa as leis assim como fazem os empresários de outras áreas. Mas basta que um caso isolado não se comporte dentro das regras estabelecidas para que vire manchete de jornal com uma visão contribuindo ainda mais para essa imagem negativa.

A agropecuária ainda é alvo de muitos mitos a serem combatidos na sociedade?

Sim, o agronegócio, todos sabemos, é o setor que mais tem contribuído positivamente com a economia brasileira. Apesar disso, ele não tem o reconhecimento amplo da sociedade por esse papel. De alguma maneira o produtor brasileiro continua sendo visto como um caipira, como se fosse atrasado, não é visto como um inovador. Mais, como um desmatador de natureza, de florestas, e não como o grande jardineiro do meio ambiente brasileiro. Esse é o papel que o agricultor tem desempenhado, como bem mostrou o estudo recente da Embrapa a partir dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A pesquisa mostrou que os proprietários rurais são responsáveis pela maior área da reserva ambiental do Brasil. A agricultura e o agronegócio continuam vítimas de um preconceito do mundo urbano em relação ao mundo rural, esquecendo inclusive que o agronegócio é cada vez mais urbano.

Por que o senhor considera que o agronegócio é cada vez mais urbano?

Porque cada vez mais os benefícios gerados pela agricultura estão na cidade. Uma parte dos agricultores mora na cidade. Os serviços que são prestados para a agricultura têm sua sede na cidade. A renda gerada na agricultura é gasta na cidade, em todos os ambientes. Você tem mais da metade dos municípios brasileiros que vivem essencialmente da atividade gerada primariamente na agricultura. Então nesse sentido que ele é cada vez mais urbano. E isso é uma tendência, cada vez mais esse imbricamento mais intenso entre o mundo rural e urbano.

Sem contar que a tecnologia permite que o produtor rural não precise estar 100% do seu tempo na propriedade...

Ele cada vez mais é um gestor, e de fato não precisa morar na área rural. Claro que você tem muitas atividades nas quais a presença é fundamental. Então tem atividades que são mais intensivas em cuidados, pelo menos em uma determinada época do ano. E tem agricultor que é muito presente em outras atividades que permitem que ele esteja monitorando cuidadosamente a evolução da atividade sem precisar estar 24 horas por dia na propriedade.

Uma parte da mudança de paradigma da imagem que se tem do agronegócio passa também pelo consumidor?

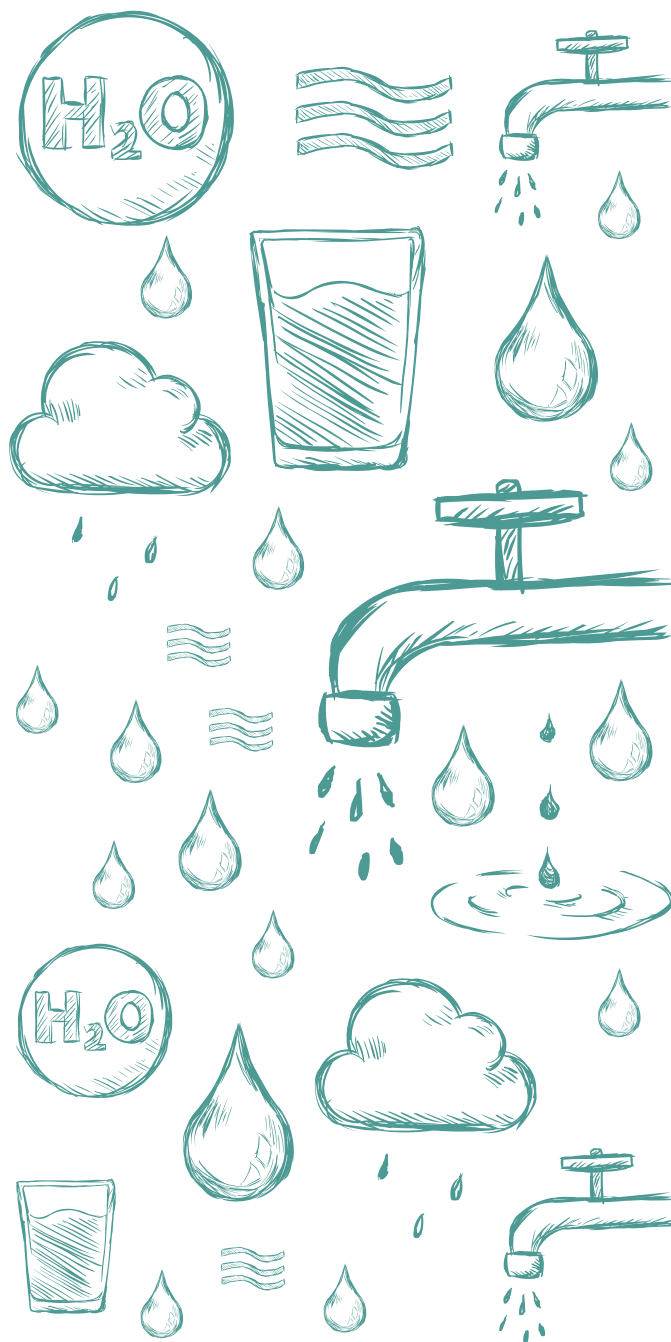
Quando pensamos nesses mitos, nessa visão, o que nós temos que fazer é mostrar para a sociedade o que de fato é o agronegócio brasileiro. E isso se faz com ações concretas. Os líderes do agronegócio têm que estar presentes nos grandes debates nacionais mostrando a sua posição. Muitas vezes nós nos encolhemos e então ficamos à mercê da propaganda enganosa das ongs e dos setores que se opõem ao agronegócio.

Considerando todos esses aspectos sobre o contexto do agronegócio, que mensagem o senhor deixa aos produtores rurais?

O produtor rural deve buscar principalmente eficiência na utilização dos seus recursos. O produtor não pode, digamos, se enganar com os momentos de euforia dos mercados, com preços demasiados elevados que logo em seguida vão se transformar em preço baixo. A sustentabilidade e o futuro da agricultura dependem de o produtor estar antenado em relação às exigências do mercado e um uso absolutamente eficiente de todos os recursos. Que ele de fato economize ao máximo e produza com sustentabilidade.



Nesta edição trazemos a terceira matéria da série que visa desmistificar aquelas histórias falaciosas que ninguém sabe de onde veio, mas boa parte das pessoas conta e espalha mais do que notícia ruim. Tratam-se de mitos. Eles são associados, em geral, com uma narrativa imaginária de origem popular. A agropecuária é cercada desses mitos, que muitas vezes não são inocentes e podem causar consequências nocivas para a atividade. Por isso, promovemos esta seção para desvendar alguns desses mitos e proporcionar a consciência de que há muitas contos e causos que acabam sendo repetidos tantas vezes que as pessoas dão por verdade. Queremos desmistificar as histórias da carochinha que prejudicam uma atividade que exige tanta tecnologia, pesquisa e biossegurança gerando emprego e alimentando pessoas.



Você tem alguma sugestão de tema para tratarmos nesta seção?

Mande pelo e-mail: imprensa@faep.com.br para desvendarmos.

PRODUTOR RURAL NÃO É O VILÃO DA FALTA D'ÁGUA!

Você já ouviu alguém dizendo que o produtor rural é o culpado por usar “zilhões” de litro de água para produzir uma saca de soja, uma espiga de milho ou um quilo de picanha? Pois saiba que quem conta essa história por aí está na verdade espalhando um mito. O agronegócio é uma atividade que depende diretamente da disponibilidade de água. Ter o líquido disponível depende de uma série de cuidados que o produtor precisa cumprir à risca não apenas por causa da legislação ambiental brasileira, que é a mais rigorosa do mundo. Mas também porque cuidar da natureza é garantir água e, por consequência, a própria sobrevivência na atividade.

Ciro Antonio Rosolem, vice-presidente de estudos do Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS) e doutor em agronomia, detalha que a causa dessa impressão de que o agro é o vilão da história é a desinformação. “Muita gente começa a escrever sobre o assunto sem saber como as coisas realmente funcionam, sem saber interpretar resultados da Agência Nacional de Águas. Existe má fé de muitas pessoas que se propõem a escrever algo sem ter o devido conhecimento”, diz.

Sobre a confusão em si, Rosolem explica que há uma diferença básica para entender o motivo de aqueles números fantasiosos ecoarem por aí em algumas páginas de jornal. “Uma planta evapotranspira (perde água

por transpiração) milhares de litros de água. Só que esse ‘perder’ água é enviar à atmosfera. Uma água que se aplica via irrigação ou que chove (em condições ideais) em uma lavoura vai: infiltrar, ser absorvida ou evaporada antes de absorvida. Não é uma água gasta, é uma água usada. Dizer que se gasta 15 mil litros de água para fazer picanha e toda essa bobagem, não faz sentido”, revela.

O especialista também revela que o produtor rural, em uma análise mais detalhada, é quem garante a água limpa às torneiras urbanas. Com nascentes e rios bem preservados, o resultado é uma água de melhor qualidade que vai abastecer mananciais explorados para a garantia do bem mais precioso à vida nos centros urbanos. “Se o produtor não preservar a mina, ele mesmo vai ficar sem água, qual seria o futuro disso? Ninguém vai de propósito estragar um rio, assorear etc. A coisa mais preciosa em uma propriedade é a água”, comenta.

O professor da ISAE/FGV Cleverson Vitório Andreoli, doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, reforça que o maior interessado na preservação é o produtor rural. “O que existe no Brasil hoje é uma demonização do agronegócio como se ele fosse responsável pelos problemas ambientais brasileiros. Recentemente foi divulgado um estudo da Embrapa e uma das conclusões que chama muito a atenção é que a agricultura propriamente

dita ocupa 9% do território nacional e a atividade pecuária, junto com silvicultura, ocupa 21% do território nacional. Então, 79% do território nacional não são utilizados pelo agronegócio. Esse número por si começa a levantar a questão de que não se pode debitar na conta do produtor rural os problemas ambientais”, compara.

Andreoli opina que uma das maneiras de a agropecuária deixar para trás essa imagem é tomar para si, de modo mais evidente, o papel de pautar para a cadeia produtiva o conceito da agricultura sustentável. “Tem que sair da posição de refém e tomar uma posição mais proativa a esse respeito. O agronegócio é o principal interessado na sustentabilidade e esse conceito vai melhorar muito a produtividade e a economicidade ao produtor rural”, diz.

Sobre o fato de ainda existir o eco do movimento de separação entre campo e cidade, o doutor é enfático. “As cidades não podem acabar porque as pessoas têm que morar em algum lugar, portanto, elas também têm que comer alguma coisa. Então o importante é que ao invés de ter uma agressão mútua, o campo dizendo que o responsável pelo problema da poluição dos rios por maio dos esgotos é a cidade, e que a cidade diga que o problema ambiental brasileiro é da agricultura, é muito melhor que a gente se associe e ache uma pauta comum”.

Herdeiros do Campo avança pelo Paraná

Curso promovido pelo SENAR-PR conquista o interesse dos produtores rurais, fazendo com que diversas turmas sejam organizadas pelo Estado



Lançado em 2016, quando o projeto-piloto reuniu cinco turmas, e um dos principais destaques do catálogo em 2017, o programa Herdeiros do Campo, promovido pelo SENAR-PR, tem despertado grande interesse do público. Já contabiliza 38 turmas programadas em 2018, espalhadas por todas as regiões do Estado. Apesar de ainda estarmos em março, esse número já supera as 21 turmas do ano passado (na ocasião foram 250 famílias e 500 participantes).

O curso, na sua essência, busca despertar a família rural para o planejamento sucessório, um dos desafios do agronegócio global. Sabendo disso, desde 2016 o Sistema FAEP/SENAR-PR tem trabalhado para reverter essa situação, por meio de instrumentos para que os participantes

possam implantar um plano de ação que norteie a sucessão familiar.

“Garantir a sucessão na propriedade por planejamento exige conhecimento. O Herdeiros do Campo fornece esses instrumentos para as famílias se adequarem e realizarem esse planejamento”, destaca Geraldo Melo Filho, superintendente do SENAR-PR.

Uma das turmas mobilizadas este ano está em Marechal Cândido Rondon, no Oeste do Estado. Mais de 20 famílias irão começar o curso em abril. A turma foi composta em um trabalho conjunto do Sindicato Rural local e a cerealista Agrícola Horizonte, também da região. A empresa de quase 40 anos de existência é mais uma a buscar a capacitação como instrumento para a

construção do processo de sucessão familiar dos clientes e associados. Assim como a Agrícola Horizonte, empresas como BRF, Cargill, Souza Cruz, Cocamar e Primato, entre outras, demonstraram interesse no Herdeiros do Campo.

“A esposa do dono da empresa [Agrícola Horizonte] leu sobre o Herdeiros do Campo no Boletim Informativo do Sistema FAEP/SENAR-PR e nos procurou. Acabou que organizamos um jantar no final do ano passado para reunir famílias que estavam dentro do perfil. Ali mesmo, após os representantes da FAEP explicarem o curso, fechou a turma”, explica Valdemar Kaiser, presidente do Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon.

O entusiasmo por parte dos produtores rurais da região

tem deixado o líder rural otimista. Para Kaiser, a expectativa é abrir novas turmas no futuro próximo. “Estamos com cinco turmas do Programa Empreendedor Rural (PER) e, quando acabar a capacitação, queremos direcionar esse pessoal para o Herdeiros, pois sabemos da importância. Fora outros produtores que têm nos procurado”, ressalta.

Em Paranavaí, na região Noroeste do Estado, as primeiras 10 famílias que irão participar do curso do SENAR-PR já estão definidas. Por meio do fomento do Sindicato Rural de Paranavaí e do Sistema FAEP/SENAR-PR, o grupo formado por diversas gerações irá começar as aulas em abril.

“O planejamento é algo muito importante, pois é por meio deste processo que ocorre a manutenção da propriedade, sem grandes percalços. Mas os produtores rurais precisam ter conhecimento e competência para a execução do processo. Eles estão entendendo isso e as diversas turmas mobilizadas pelo Estado são a prova”, destaca o consultor da FAEP Antônio Poloni.

Continuidade

No município de Pato Branco, o sucesso do grupo que participou do curso em 2017 e a mobilização dos produtores resultaram em mais três turmas. Desta vez, os grupos são formados por produtores e familiares ligados ao Sindicato Rural local, outros vinculados ao município de Itapejara D’Oeste – extensão de base de Pato Branco – e por agropecuaristas ligados a cooperativa Coopertradição.

“O primeiro grupo obteve um ótimo resultado. E acabou despertando o interesse do pessoal. Tanto que muitos agricultores vão até o sindicato em busca de informações sobre o curso. A tendência é de novas turmas”, diz o presidente do Sindicato Rural de Pato Branco, Oradi Francisco Caldato. “Despertou o interesse de empresários, pois sabemos que [a necessidade da sucessão] está no público das cidades também. Afinal, é preciso pensar no futuro das empresas”, complementa.

Esse sucesso do programa Herdeiros do Campo está diretamente relacionado ao trabalho de fomento realizado pela equipe do Sistema FAEP/SENAR-PR. No ano passado e nos primeiros meses de 2018, 38 reuniões nas nove regionais foram realizadas. “Essas reuniões acontecem junto às lideranças e parceiros para que compreendam o objetivo do programa Herdeiros do Campo. O resultado tem sido muito bom, tanto que estamos organizando turmas por todo o Estado”, explica a coordenadora técnica do programa e técnica do SENAR-PR, Luciana Matsuguma.

Curso

O programa Herdeiros do Campo é composto por cinco encontros de oito horas cada e mais uma orientação de duas horas por família (total de 42 horas). Os assuntos tratados abrangem as dimensões família, empresa (negócio) e propriedade (patrimônio).



Os cinco encontros têm como temas a sucessão e governança; visão estratégica; a empresa rural e seus cenários; mediação de conflitos e a construção da confiança; o aprendizado e a prática, e orientação do plano de ação. Este último consiste na aplicação de todas as habilidades desenvolvidas durante a formação para gerar um projeto de efeito prático dentro das propriedades em relação à sucessão.

Novidade

A partir das capacitações deste ano, o programa Herdeiros do Campo terá algumas novidades em sua programação. Além dos encontros e da orientação, antes do início do curso, as famílias irão participar do momento chamado de integração, com duração de quatro horas.

Outra novidade é o fato dos instrutores estarem capacitados sobre desenvolvimento humano, conflito de gerações e a importância do papel do facilitador/instrutor. Esse trabalho aconteceu durante o evento de atualização, no final de fevereiro, com a participação de 19 instrutores e a coordenação técnica e pedagógica do Programa Herdeiros do Campo.

Confira a lista de municípios que terão turmas do programa Herdeiros do Campo ao longo dos próximos meses: São José dos Pinhais, Lapa, Goioerê, Mamborê, Juranda, Ivaiporã, Pato Branco, Pranchita, Mangueirinha, Francisco Beltrão, Nova Aurora, Santa Helena, Céu Azul, Mercedes, Marechal Cândido do Rondon, Toledo, Nova Aurora, Assis Chateaubriand, Terra Roxa, Cascavel, Prudentópolis, Teixeira Soares, Ivaí, Imbituva, Ipiranga, Assaí, Centenário do Sul, Cambará, Ibiporã, Pitanga, Pinhão, Rondon, Maringá, Nova Londrina, Paranavaí, São Jorge do Patrocínio e Cianorte.

Semente certificada garante produtividade

Entidades do setor, com participação do Sistema FAEP/SENAR-PR, realizam campanha pelo uso de material com origem



Nos últimos anos, a produtividade de soja e de milho no Paraná registra avanços significativos. Esse resultado final, de colheitadeiras retirando boas safras e caminhões cheios de grãos a caminho das cooperativas e/ou *tradings*, está condicionado a uma série de fatores, como clima, planejamento, qualidade do solo e uso de sementes certificadas, entre outros.

De uma forma geral, os produtores paranaenses têm consciência da importância do material com origem, para uma colheita dentro do planejado. “A semente certificada é fundamental para que o produtor tenha certeza que aquilo que coloca no solo irá nascer e dar a população adequada. Semente que gera planta com vigor, bem nutrida, tem menos índice de doenças. Do contrário, a competição com as pragas é alta”, explica o engenheiro agrônomo Leandro Bren, diretor técnico da Agro 10.

Para o profissional, 60% do sucesso de uma boa lavoura estão na instalação, ou seja, no plantio com sementes de qualidade. “Lavoura boa começa com semente segura, de forma adequada. Por isso a necessidade de os produtores pedirem laudo de germinação e vigor à empresa fornecedora”, diz.

Produtividade

De acordo com o último levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado neste mês de março, o Paraná irá manter a posição de líder nacional na produtividade na soja, com média de 3.390 quilos por hectare. No ano passado, também no topo do ranking, o Estado registrou 3.731 quilos por hectare.

“O Paraná está no patamar atual com contribuição direta



das sementes certificadas. Aqui, o trabalho de seleção de cultivares conforme a região, o clima e o solo é bastante intenso e importante”, destaca Bren.

Apesar da posição de destaque no cenário nacional, para o engenheiro agrônomo e diretor executivo da Associação Paranaense dos Produtores de Sementes e Mudas (Apasem), Clenio Debastiani, o Paraná poderia ter uma produtividade média ainda maior na soja e demais culturas, caso 100% das sementes usadas no Estado fossem certificadas. “Não dá para definir um percentual, pois os estudos são recentes. Mas não tenho dúvida de que a produção do Paraná seria ainda mais considerável”, afirma

Pirataria

Apesar da vasta lista de benefícios no uso de sementes certificadas, muitos produtores ainda optam pelo material pirata. Estudo elaborado pela Apasem aponta um elevado percentual de sementes informais nas principais culturas adotadas no Paraná. Na soja, principal commodity agrícola estadual, 30% dos materiais são informais, enquanto no feijão, que tem o Paraná como o maior produtor nacional, o índice é de 85% (veja informações por cultura na página ao lado).

Entre diversos pontos negativos do uso de material pirata, Debastiani destaca dois, que podem causar sérios problemas para o produtor e para a cadeia do agronegócio. O primeiro é o fato de o agricultor, quando usa semente sem documentação, não ter a quem recorrer em caso de falhas na germinação. Mais, se houverem adversidades climáticas que resultem em perdas, o seguro rural não será pago.



Pirataria no campo

Confira quanto de semente informal é usada nas principais culturas agrícolas adotadas no Paraná e no Brasil.

PARANÁ



BRASIL



Fonte: Apasem



corta a cadeia.

“Sem dinheiro, as empresas de pesquisa acabam tirando o pé. O produtor é prejudicado, pois, em alguns anos, terá dificuldade de encontrar material para fazer frente às pragas e doenças que aparecem no campo”, ressalta o diretor da Apasem.

Para exemplificar a situação, Debastiani utiliza a vizinha Argentina. Apesar de o país ser uma potência agrícola mundial, a multinacional Monsanto fechou o centro de pesquisa, fazendo com que as opções no mercado local diminuíssem.

“Lá a pirataria é endêmica, pois a lei é frouxa. Não existem dados concretos, mas falam que 60% das sementes de soja são piratas. Tanto que há anos a produtividade do país vem caindo”, aponta.

“Se [o produtor] conseguir financiamento, mas tiver prejuízo com problema climático e precisar recorrer ao seguro, o Proagro não cobre com essas sementes sem documentação. Ou seja, o produtor ficará desamparado”, destaca.

Mas para Debastiani, a questão mais grave envolvendo a pirataria está na retroalimentação da cadeia de pesquisa em novos materiais genéticos. Entre 8% e 20% do valor pago pelas sementes retornam para as empresas detentoras do material, que reinvestem em busca de opções para colocar no mercado. Como o ciclo da pesquisa até a comercialização dura cerca de oito anos, o não pagamento

Campanha

No início do ano, a Apasem, em parceria com diversas entidades do agronegócio paranaense, inclusive o Sistema FAEP/SENAR-PR, lançou a campanha ‘Tenha uma atitude legal: use sementes certificadas’. O trabalho de conscientização dos produtores para a importância do material com origem envolve diversas ações, inclusive legislação e fiscalização.

“A gente já tinha uma noção do tamanho da pirataria, mas precisava mostrar isso para a sociedade, que não tem noção. Realmente é assustador”, diz o diretor da Apasem.

Confira os principais benefícios do uso de sementes certificadas:

Garantia de origem

Em caso de problemas com o material, o produtor sabe a quem recorrer.

Qualidade superior

As sementes certificadas são desenvolvidas com alta tecnologia que garante produtividade

Alta performance

O material é elaborado de acordo com o clima e o solo da região, dando mais condições para uma boa lavoura

Suporte técnico

Em muitos casos a sementeira ou cooperativa que fornece o material oferece assistência técnica

Novas tecnologias

Parte do valor das sementes é revertido para as empresas que investem em pesquisa de novas variedades

A hora da transformação

Programa Hortimais muda a vida de produtor de São José dos Pinhais, que conseguiu potencializar sua produção até chegar ao consumidor



Desde o lançamento em 2009, o programa Hortimais, do SENAR-PR, se propôs a disseminar informações técnicas para que os produtores rurais paranaenses possam produzir mais e melhor, com saúde financeira e qualidade de vida. Essa missão é perseguida à risca nestes nove anos. Por meio do trabalho de capacitação e qualificação, as vidas de centenas de homens e mulheres do campo em todas as regiões do Estado foram transformadas.

Um exemplo recente de como o programa pode fazer diferença vem de São José dos Pinhais, município da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Lá, o administrador de empresas Gabriel Messias Lima, de 30 anos, descobriu na produção de frutas e olerícolas uma nova atividade profissional. Essa transformação se deu há um ano, quando ele recorreu ao Sindicato Rural da cidade em busca de informações sobre como plantar morangos.

Foi lá que tomou conhecimento do programa Hortimais e começou uma guinada que o levou a mudar de atividade. Até então, Messias trabalhava com a distribuição de plantas ornamentais. “Não tinha nenhuma experiência prévia. Já tinha uma chácara da família, mas era mais para lazer”, conta o empreendedor.

Ao longo de um ano ele fez diversos cursos do Programa do SENAR-PR. “Primeiro eu fiz o de morango, depois cultivo protegido em estufa, hidroponia e controle de pragas”, conta. Segundo o produtor, a mudança de atividade veio na esteira de um desejo antigo de trocar a cidade pelo campo.

Hoje Messias possui 1 mil metros quadrados de estufa onde cultiva 2,7 mil pés de morango chileno, 4 mil pés de alface da variedade salanova e 400 pés de mini-tomates de variados tipos. Quase toda sua produção é comercializada no Mercado Municipal de Curitiba.

Um dos diferenciais da Pomodoro Tomates Especiais, empresa do produtor, é a apresentação dos seus produtos para a venda. “Tenho um trabalho diferente na embalagem. Uma camada só de morangos selecionados, nada estragado e/ou muito pequeno. Com isso consigo um preço bem melhor”, observa. Os frutos que não se enquadram neste padrão são destinados à fabricação de geleias.

“Trabalhei bem o marketing. Apesar de não ser este o foco do curso, eu discutia bastante o tema com o instrutor”, lembra Gabriel.

Esse cuidado, segundo ele, garante um preço melhor pelos produtos. “Vendo o quilo do tomate embalado por R\$ 24. Se fosse só colocar numa caixa, sem trabalhar a apresentação, dificilmente passaria dos R\$ 10”, avalia.

Qualificação

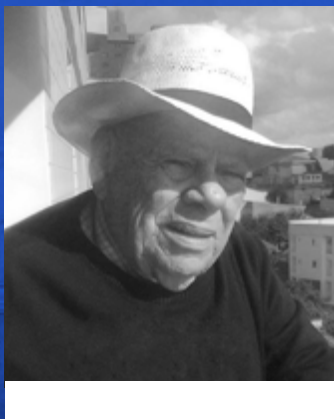
Em 2017, o Hortimais capacitou 1.683 trabalhadores e produtores rurais em 160 eventos realizados em diversas regiões do Estado. Naquele ano, o programa também conquistou o Prêmio Brasil Hidroponia, promovido pela Revista Hidroponia, na categoria “Fornecedor de serviços de gestão”.

A indicação ao prêmio ocorreu pelo reconhecimento do trabalho do SENAR-PR no segmento de hidropônicos e cultivo em substrato. Nos últimos anos, atendendo uma demanda do mercado, a entidade lançou três cursos na área: cultivo de morangueiro em substrato, cultivo hidropônico e cultivo de minitomates em ambiente protegido.

A BOATE AZUL DE APUCARANA

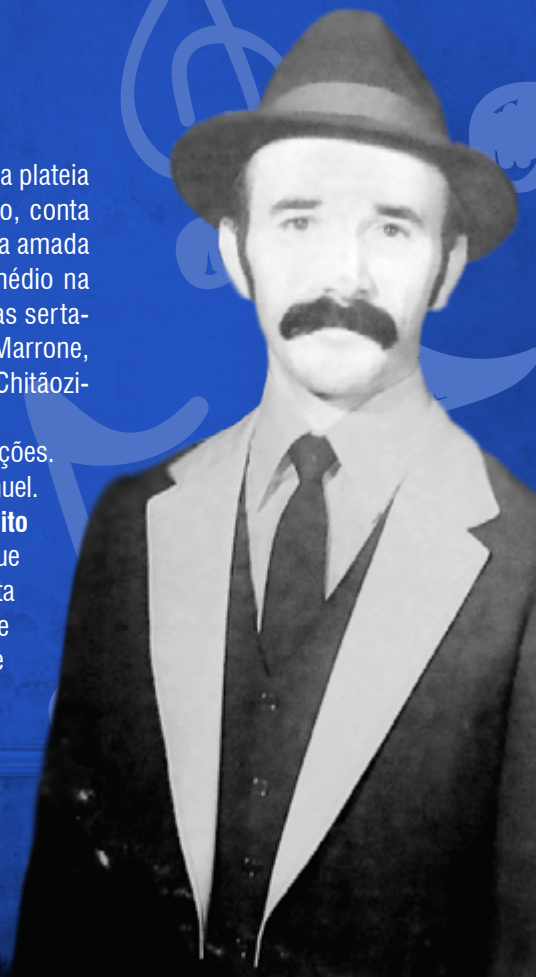


Quem nunca foi numa roda de viola e a certa altura não ouviu o pedido da plateia para que os músicos tocassem Boate Azul. O clássico da dor de cotovelo, conta uma história típica das músicas sertanejas. Um homem abandonado por sua amada que vai a uma boate afogar suas mágoas. “Doente de amor, procurei remédio na vida noturna” começa a letra que já foi regravaada por quase todos os artistas sertanejos, entre eles: Tião Carreiro e Pardinho, Milionário e José Rico, Bruno e Marrone, Mato Grosso e Mathias, César Menotti e Fabiano, João Mineiro e Marciano, Chitãozinho e Xororó, Jorge e Mateus, Victor e Leo, Luan Santana e Michel Teló.



Foram mais de 100 gravações e regravações. A primeira delas pela dupla Joaquim e Manuel. O autor da letra, o compositor **Benedito Onofre Siviéro** não gostou da gravação que acabou sendo encaminhada para o radialista Zé Bettio, maior audiência da época, que não quis tocar uma música que falava de boate num programa de família.

A canção foi escrita em novembro de 1963, mas foi censurada pela ditadura e sua comercialização foi proibida. A música só foi liberada na década de 80, no final da Ditadura Militar, e foi um su-



cesso durante muito tempo. Se tornou a música mais tocada no país, especialmente em churrascarias e karaokês. Foi regravada em vários idiomas.

O que muitos não sabem é que a inspiração veio de uma boate localizada em Apucarana, Norte do Paraná, aonde o compositor viveu por décadas. Siviério começou a escrever letras de músicas aos 16 anos e se tornou um dos mais importantes nomes da música sertaneja, reconhecido como um dos grandes compositores populares. Ele viveu até os 84 anos e compôs mais de duas mil músicas. Mas, seu maior sucesso foi Boate Azul. Segundo entrevista de Siviério à imprensa, a inspiração surgiu de um episódio em que ele estava acompanhando o cantor José Lopes, famoso na década de 1950, que faria um show na boa-

te Blue Night, da dona Dirce, em Apucarana. Porém, o show foi cancelado em respeito à morte do papa João XXIII.

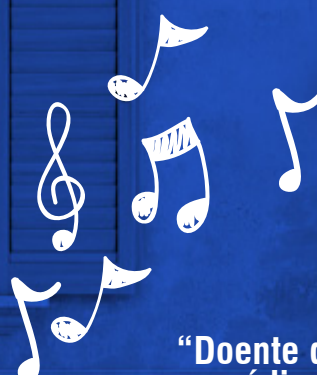
Mas, isso não foi argumento para conter a plateia que, em sua maioria já bêbada, não quis ir embora. A cena serviu de inspiração para a canção escrita em forma de garrancho pelo rei da boemia sertaneja, que, contrariando o título, não bebia, não fumava, não dançava e não tocava nenhum instrumento musical. Como dizia em suas entrevistas: “sempre fui de observar”.

• Joaquim e Manuel

Joaquim & Manuel é uma dupla de cantores de sertanejo romântico. Vitorio Nochi passou a ser “Joaquim” em 1976. Seguindo a dica do humorista Murilo de Amorim Correia, que também era produtor da grava-

dora CBS, inventou uma dupla com um estilo diferente. O que eles chamavam de “lusitano satírico”. Ainda sem nome definido, pensava em algo enquanto tomava um café na padaria. Ao olhar para frente, viu os portugueses Joaquim e Manuel servindo seus clientes. Era aquilo: sua dupla levaria o nome dos sócios da padaria. Ele seria “Joaquim” e seu par, quem quer que fosse, seria o “Manuel”.

Na estrada há mais de 30 anos, a primeira formação tinha como “Manuel,” Roberto Paschoa, que morreu aos 37 anos, vítima de complicações duma cirrose. Vitorio, então, abandonou o “lusitano satírico” e investiu em sertanejo, um estilo que dava o que falar naqueles meados de anos 80, em São Paulo. Com o segundo “Manuel,” Otávio Corrêa, gravou Boate azul, dando projeção nacional à dupla.



“Doente de amor, procurei remédio na vida noturna”



Usda estima em 13% a redução da safra argentina e altera o quadro de oferta e demanda mundial da soja

Ana Paula Kowalski – engenheira agrônoma da FAEP

SOJA

Usda: produção mundial da safra 2017/18: 340,86 milhões de toneladas, com redução de 2% em relação à estimativa de fevereiro e 10,46 milhões de toneladas a menos que na safra passada.

O estoque final foi reduzido para 94,40 milhões de toneladas (-4% em relação à estimativa anterior) e inferior ao da safra passada (96,65 milhões de toneladas).

Para o Brasil, a estimativa de produção da safra 2017/18 subiu de 112 para 113 milhões de toneladas e a de exportação de 69 para 70,5 milhões de toneladas. Novamente, o Usda reduziu a exportação dos Estados Unidos e colocou o Brasil como fornecedor alternativo, especialmente para a China.

Argentina: A produção esperada anteriormente era de 54 milhões de toneladas e agora é de 47 milhões de toneladas, uma redução de 13% em relação ao relatório anterior. A Bolsa de Cereales de Buenos Aires projeta produção ainda menor, de 42 milhões de toneladas (22% de queda) em função da seca que assola especialmente a região Central do país (províncias de Córdoba, Santa Fe e Entre Ríos). O real impacto da seca só será conhecido na colheita, que inicia no final do mês.

Conab: Elevou a estimativa de produção para a soja, conforme tabela abaixo.

Estimativa de produção safra 2017/18

(em milhões de toneladas)

Principais Estados Produtores	em fevereiro/2018		em março/2018
1º. Mato Grosso	30,6	▲	30,8
2º. Paraná	18,3	▲	18,5
3º. Rio Grande do Sul	17,5	▶	17,5
BRASIL	111,6	▲	113,0

Rio Grande do Sul: A Conab manteve a mesma estimativa de produção do mês anterior, 17,5 milhões de toneladas. No entanto, o levantamento da Emater/RS mostra uma redução mais significativa para 16,7 milhões de toneladas.

MILHO

Usda: A estimativa de produção da safra 2017/18 ficou praticamente inalterada em 1,04 bilhão de toneladas contra 1,07 bilhão da safra anterior. Dentre os exportadores, o maior ajuste ocorreu na Argentina cuja safra passou de 39 para 36 milhões de toneladas (queda de 8%). O corte na produção deve-se à seca, que reduziu o potencial produtivo da cultura. Os Estados Unidos tiveram redução de 10% em seu estoque final devido a um aumento de 9% nas suas exportações (54,04 milhões de toneladas).

Brasil: a produção da safra 2017/18 foi reduzida de 95 para 94,5 milhões de toneladas em relação à estimativa do mês anterior. As exportações foram mantidas em 35 milhões de toneladas e o consumo doméstico para ração teve uma alta de 2% (53 milhões de toneladas).

Conab: Revisou para cima as estimativas da 1ª safra de milho nos principais Estados produtores, exceto para o Rio Grande do Sul onde manteve a previsão do mês anterior. Para a 2ª safra a situação já é outra. A Conab reduziu estimativa de produção em todas as regiões. No Norte e Nordeste do país a redução se deve principalmente à menor área plantada. No Centro-Oeste e Paraná o impacto na produção está relacionado à menor produtividade esperada em relação ao levantamento de fevereiro.

MILHO 1ª safra

(em milhões de toneladas)

Principais Estados Produtores	em fevereiro/2018		em março/2018
1º. Minas Gerais	4,88	▲	5,14
2º. Rio Grande do Sul	4,74	▶	4,74
3º. Paraná	2,84	▲	2,86
BRASIL	24,74	▲	25,12

MILHO 2ª safra

(em milhões de toneladas)

Principais Estados Produtores	em fevereiro/2018		em março/2018
1º. Mato Grosso	26,21	▼	25,69
2º. Paraná	11,83	▼	11,60
3º. Mato Grosso do Sul	9,24	▶	9,24
BRASIL	63,26	▼	62,16

Fonte: Conab – 6º Levantamento de Grãos. Elaboração: DTE|FAEP

TRIGO

Usda: A produção mundial ficou praticamente inalterada em 758,79 milhões de toneladas (+0,1%) para a safra 2017/18. O estoque final subiu 1% em relação à estimativa anterior e agora é de 268,89 milhões de toneladas. A alta no estoque deve-se a um pequeno aumento da oferta mundial (produção + importações). Projeções para a safra 2018/19 serão divulgadas no relatório de maio.

Conab: As projeções para a nova safra brasileira de trigo permanecem as mesmas: 4,66 milhões de toneladas, produtividade esperada (2.431 kg/ha) e área de 1,92 milhão de hectares. O próximo levantamento já deve trazer estimativas atualizadas para a cultura.

Produtor
Rural

FIQUE ALERTA

O prazo para
inscrição no Cadastro
Ambiental Rural (CAR)
e adesão ao Programa
de Regularização
Ambiental (PRA) **foi**
prorrogado até

31/05/18



A ADESÃO É OBRIGATÓRIA.

QUEM NÃO SE INSCREVER
PODERÁ SER IMPEDIDO
DE TER ACESSO AO
CRÉDITO RURAL.

NÃO DEIXE PARA A
ÚLTIMA HORA, FAÇA JÁ
A SUA INSCRIÇÃO.

acesse www.iap.pr.gov.br e saiba mais



Fundepec discute temas relevantes para pecuária

Representantes do setor produtivo de todas as cadeias de proteína animal participaram, no dia 13 de março, da reunião do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná (Fundepec), na sede da FAEP, em Curitiba. Durante o encontro foi apresentado o balanço de 2017, aprovado o plano de trabalho para 2018 e assinado os contratos para construção dos postos de fiscalização de fronteiras que está sendo custeada pela iniciativa privada. O ato representa um marco histórico para o Estado, com a participação das indústrias ligadas à produção de proteína animal, em especial as cooperativas. Serão investidos recursos do setor privado por meio do Fundepec que devem chegar a R\$ 4 milhões no exercício. Os recursos

serão destinados à conclusão da infraestrutura de defesa sanitária da Adapar como a construção dos postos de fiscalização, melhorias e aquisição de equipamentos laboratoriais. No encontro também foi tratado dos aspectos da vacinação contra a febre aftosa e a expectativa com relação aos resultados da auditoria do Ministério da Agricultura que foi solicitada pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).



Decreto reduz tributo sobre suíno vivo

No último dia 7 de março, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Decreto nº 8.941, que alterou o regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 2017, de modo a reduzir a base de cálculo para 50%, nas saídas interestaduais tributadas em 12% de suínos vivos originários do Paraná. A redução na base de cálculo vale até 30 de junho de 2018.

Com a redução da base de cálculo cai pela metade o valor do tributo incidente sobre as operações interestaduais de suínos vivos. A medida vem para equalizar a carga tributária praticada nos Estados vizinhos, garantindo condições de competitividade ao produto paranaense

nas operações interestaduais.

Segundo o assessor jurídico da FAEP, Leonardo Jose Piantavini, a alteração atende a um pleito dos produtores de suíno do Paraná, que buscam condições mais justas de competição no mercado brasileiro. A FAEP já vinha solicitando medidas que viabilizassem a competição com o suíno catarinense, por exemplo. “O reequilíbrio econômico é um pleito constante da FAEP”, afirma.

Nas operações dentro do Paraná, existe o diferimento do ICMS, ou seja, o produtor que comercializar seus animais internamente não paga ICMS. Para os Estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a alíquota cobrada nas operações interestaduais é 12% na saída do suíno vivo, nos demais Estados, a alíquota cobrada é de 7%.

A íntegra do decreto você encontra no site do Sistema FAEP: www.sistemafaep.org.br



Agricultura é tema do VI Prêmio Gestor Público Paraná

Estão abertas as inscrições para o VI Prêmio Gestor Público Paraná, promovido pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (Sindafep), que tem por objetivo premiar os melhores projetos de administração pública que contribuam para a qualidade de vida dos paranaenses. Neste ano o tema do concurso é “Agricultura: Produtividade e Sustentabilidade”. Os projetos podem ser inscritos até o dia 31 de julho de 2018. Para mais informações acesse o site: www.pgp-pr.org.br



BANDEIRANTES

CONDUTORES DE VEÍCULOS

O Sindicato Rural de Bandeirantes realizou, de 19 a 23 de fevereiro, o curso Condutores de Veículos - Detran - movimentação e operação de produtos perigosos – MOPP. O instrutor foi Gentil Telles de Proença e participaram 21 pessoas.



MANGUEIRINHA

POSSE

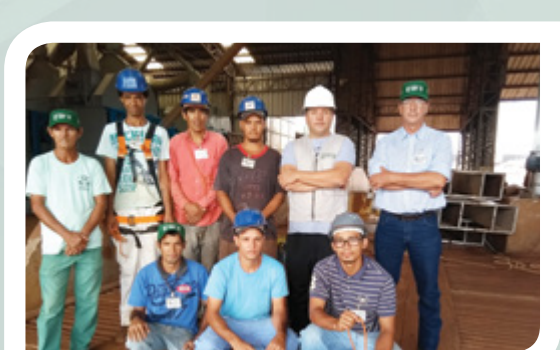
Tomou posse no dia 8 de fevereiro a nova diretoria do Sindicato Rural de Manguueirinha. O presidente é Juarez Alberti e o 1º. Vice-presidente é Milton Luis Feldkircher. O mandato encerra em 7 de fevereiro de 2012.



SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

POSSE

Foi empossada a nova diretoria do Sindicato Rural de Santa Terezinha de Itaipu, no dia 20 de fevereiro, em evento no CTG Campeiros da Alvorada. Na presidência assume Alceu Parise e como vice-presidente Luiz Antonio Bergamasco para a gestão até 19 de fevereiro de 2021.



SERTANÓPOLIS

SEGURANÇA NO TRABALHO

O Sindicato Rural de Sertanópolis, em parceria com a empresa Pedro Favoreto Filho, realizou o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho - NR 35 - trabalho em altura - agroindústria, nos dias 29 e 30 de janeiro. O instrutor foi Clovis Michelim Biasuz, participaram oito pessoas.



JUSSARA

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

O Sindicato Rural de Cianorte em parceria com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná realizou, de 11 a 13 de janeiro, o Curso de Aplicação de Agrotóxicos – NR 31.8. Participaram 11 pessoas e o instrutor foi Jorge Luiz Dias Alves.



GUARAMIRANGA

CULTIVO DE FUMO

O Sindicato Rural de Ivaí e a empresa Souza Cruz S/A realizaram o curso Trabalhador no Cultivo de Fumo - manejo conservacionista de solo, nos dias 2 e 3 de março. O instrutor foi Cezarion Vitorino Bittencourt e participaram 10 pessoas.



VENTANIA

COLHEDORAS AUTOMOTRIZES

O Sindicato Rural de Tibagi, em parceria com a Fazenda Novora, realizou o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - colhedora axial - Norma Regulamentadora 31.12, entre os dias 26 de fevereiro a 2 de março. A instrutora foi Silvana Olzewski e participaram seis pessoas.



QUEDAS DO IGUAÇU

JAA

O Sindicato Rural de Quedas do Iguaçu realizou, no dia 26 de fevereiro, a Mobilização do Jovem Agricultor Aprendiz (JAA). O instrutor foi Sandro Pio e participaram 20 alunos no Colégio Lageado Bonito.

VIA RÁPIDA

Lua

Por que a lua não cai? Na verdade, ela está numa constante queda, mas como possui uma distância variável de 357.300 km a 407.100 km da Terra e sua velocidade é de 3.700 km/h, esses fatos fazem com que a Lua não se choque com a Terra.



Restaurante sanitário

Para quem tem gosto meio exótico, o restaurante Twin Star, em Taipei (Taiwan), tem todo o ambiente trabalhado para que tudo remeta a um banheiro. O cliente se senta e come em um vaso sanitário.



Futuro em 2749

Al Bielek diz ter viajado no tempo e trouxe algumas descrições de como será o mundo em 2749. Entre tudo o que viu durante seus seis meses de viagem ao futuro estão os programas de TV que serão somente sobre notícias e educação. Os tratamentos de saúde serão a base de vibrações e luzes. A população mundial será reduzida a 300 milhões de pessoas. E alguém viverá para ver?



Visão periférica

Os cavalos têm os maiores olhos de qualquer mamífero terrestre e uma visão extremamente ampla de 350°. Mesmo assim eles têm dois pontos cegos: o primeiro diretamente em frente e outro logo atrás da cabeça. Eles não conseguem ver a cor vermelha.



Maior corrupto

Mohamed Suharto detém um recorde nada invejável. É tido como o político mais corrupto do mundo. Ele foi presidente da Indonésia de 1967 a 1998 e durante seu governo calcula-se que ele tenha desviado cerca de 15 a 35 bilhões de dólares.

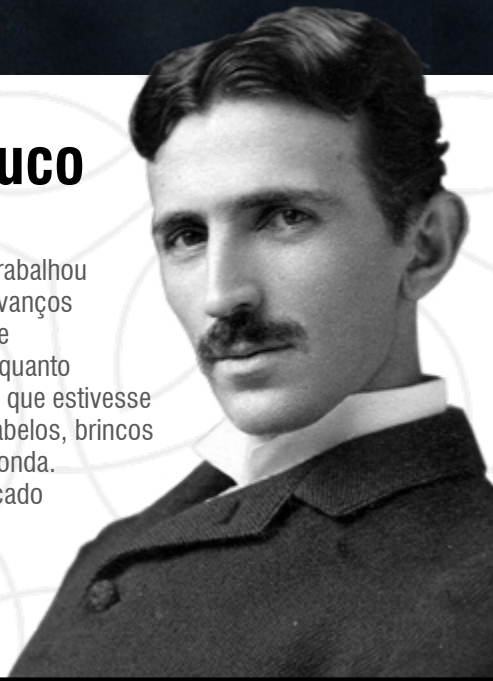
Dentes brancos

Na Roma antiga a urina era usada para escovar os dentes. Pode até ser que tenha componentes que ajudam na higiene dental, mas o hálito...



Cientista maluco

Nikola Tesla foi um dos heróis desconhecidos da ciência, ele trabalhou para Thomas Edison, fazendo avanços importantes em rádio, robótica e eletricidade. Tesla era um tanto quanto excêntrico, não tocava em nada que estivesse sujo, também não tocava em cabelos, brincos de pérola ou qualquer coisa redonda. Além disso, ele se tornou obcecado com o número 3. E em cada refeição, ele usava exatamente 18 guardanapos para polir os utensílios até que brilhassem.

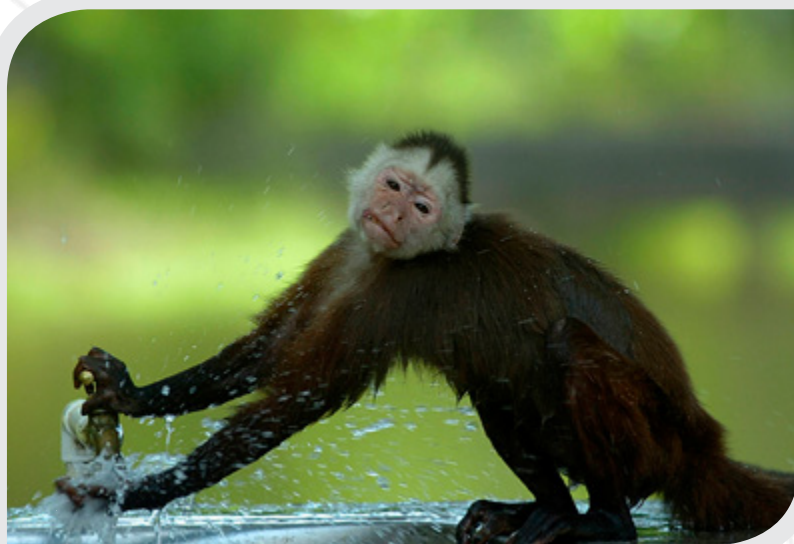


UMA SIMPLES FOTO

Marido sensível

Conversa de casados:

- Querido, o que você prefere? Uma mulher bonita ou uma mulher inteligente?
- Nem uma, nem outra. Você sabe que eu só gosto de você.



Agora, você também pode acompanhar **24 horas por dia** o que o Sistema FAEP/SENAR-PR está fazendo.

Siga nossas redes sociais



Facebook
Sistema Faep



Instagram
sistema.faep



Twitter
SistemaFAEP



Linkedin
sistema-faep



Flickr
SistemaFAEP

SISTEMA FAEP



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

